

## Futuro comprometido

# Agora quem vai pagar o pato é você. E isso não é nada bom...

**Em cinco meses, um pacote de maldades entra em debate no Congresso Nacional e poderá jogar o Brasil em um período de pobreza e carestia pior do que nas décadas de 1980 e 1990. Só a luta dos trabalhadores pode resolver**

O Brasil vive um período efervescente. Movimentos sociais saíram às ruas para defender a democracia. Mais de 400 escolas públicas estão ocupadas em todo país para se colocar contra a reforma do Ensino Médio e o arrocho de gastos na área de educação.

Toda essa "rebeldia santa" é por aquilo que está sendo tramado nos gabinetes de Brasília (DF). Uma "caça às bruxas" à classe trabalhadora está sendo promovida e com a concordância de setores da imprensa e do empresariado.

Ninguém precisa ser especialista em política para verificar que as medidas já anunciadas pelo atual governo ilegítimo apontam em uma única direção, que é o retorno da política neoliberal patrocinada no período de 1995 a 2002. A receita todos conhecem: retirar direitos da classe trabalhadora, arrochar salários, privatizar empresas e serviços públicos, entregar as riquezas do país à exploração das multinacionais, além de diminuir os investimentos públicos. Sem contar a proposta apresentada para a reforma da Previdência.

Esse filme já foi visto e o final não foi nada feliz aos trabalhadores. Entre 1995 e 2002, no governo tucano, o contingente de desempregados chegou a 20 milhões, empresas foram privatizadas a preço de banana e a carestia chegou de modo forte na mesa do brasileiro.

Como a mídia tradicional não aborda o tema com



profundidade porque tem suas conveniências, é de bom tom saber quais os interesses envolvidos. Em primeiro lugar, abrir caminho para que as empresas, que ostentam lucros exorbitantes tenham uma redução ainda maior do custo de sua folha de pagamento. Ou seja, custo de vida de padrão europeu com salário chinês.

O quadro dramático só será invertido com mobilização e participação intensa dos trabalhadores. Apenas por intermédio da luta e do esclarecimento é que essas bombas de efeito retardado serão desarmadas. Trabalhador, não é hora de ficar em berço esplêndido. A luta apenas começou.

**Existe solução sem prejudicar os trabalhadores. Mas quem disse que eles querem?**

Para quem imagina o sindicalismo como um movimento de oposição radical, desmedido e sem sentido, basta olhar para as propostas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que proporcionariam aumento de arrecadação e aliviariam de modo consistente o caixa do poder público.

O departamento tem a função de prestar assessoria técnica aos sindicatos. O Sinergia CUT e o Stieec fazem parte de sua diretoria executiva.

Uma das ideias em análise é o fim ou a revisão das desonerações previdenciárias das empresas. Em 2015, essas facilidades retiraram R\$ 62 bilhões da Previdência. Só as desonerações sobre a folha de pagamento representaram perda de R\$ 22,4 bilhões. Mudanças na legislação mais recentes, devem reduzir essa ausência para R\$ 15,7 bilhões em 2016.

De acordo com o mesmo Dieese, há uma dívida de R\$ 374,9 bilhões de contribuições simplesmente não pagas. Traduzindo: calote.

Uma saída seria a criação de um programa de recuperação fiscal. Técnicos alinhados ao atual grupo de poder afirmam que apenas R\$ 236,7 bi são recuperáveis. Pergunta: por que Temer não aplica essas ideias tão simples? A resposta é banal: porque é um governo de poucos para prejudicar muitos.

## EDITORIAL

Você que tem esse jornal em mãos, diariamente toma conhecimento das notícias por meio de diversos veículos de comunicação. Detalhe: a mídia traz pouca ou nenhuma análise das medidas tomadas pelo governo Temer. O Sinergia CUT, então, tomou a decisão de não se influenciar pela opinião alheia e, sim, construir o pensamento e os argumentos de acordo com os fatos. Este é o desafio colocado para você, leitor.

Olhe para as fotos publicadas pelos portais de internet ou pelos jornais impressos. Mais: assista com maior atenção os telejornais noturnos.

Perceba quem faz companhia aos atuais detentores do poder no Executivo e Legislativo. Impossível ignorar os seus sorrisos e agrados a empresários, políticos

conservadores ou a gente com um histórico de pouco se importar com trabalhadores e os desafios gerados pela desigualdade de renda no Brasil.

Não existem negros, índios, operários, bancários, professores, integrantes de movimentos sociais ou políticos que, mesmo na oposição ao governo anterior, ostentem um histórico de luta para os trabalhadores.

Refleta: diante das companhias ao lado do atual presidente, dá para acreditar em bondade das atuais medidas?

Dá para apostar na melhoria de sua vida e de seus familiares nos próximos meses? Se você está para aposentar, então tudo certo? As mudanças valem a pena?

O combate ao grupo de poder alojado no Legislativo

e no Executivo não passa apenas por mobilizações, protestos e posicionamentos contundentes. Inclui um processo de reflexão capaz de gerar uma conclusão inequívoca: estamos metidos em uma grande enrascada.

É só nossa determinação em preservar as conquistas históricas é que produzirá uma mudança no roteiro.

O Sinergia CUT acredita que o momento não é de apatia e de resignação. Pelo contrário.

Um posicionamento firme nas ruas e nas redes sociais pode sim produzir recuos por parte de um governo ilegítimo e sem credibilidade para propor melhorias ao povo brasileiro e que deseja vender a privatização como a solução de todos os males. Não é e nunca será.

## Ainda nesta edição

### PEC 241/55 e suas armadilhas

Congelamento de gastos por 20 anos é uma tragédia anunciada

Página 02

### Negociado x legislado: perigos à vista

A ideia do projeto analisado é enfraquecer o movimento sindical

Página 03

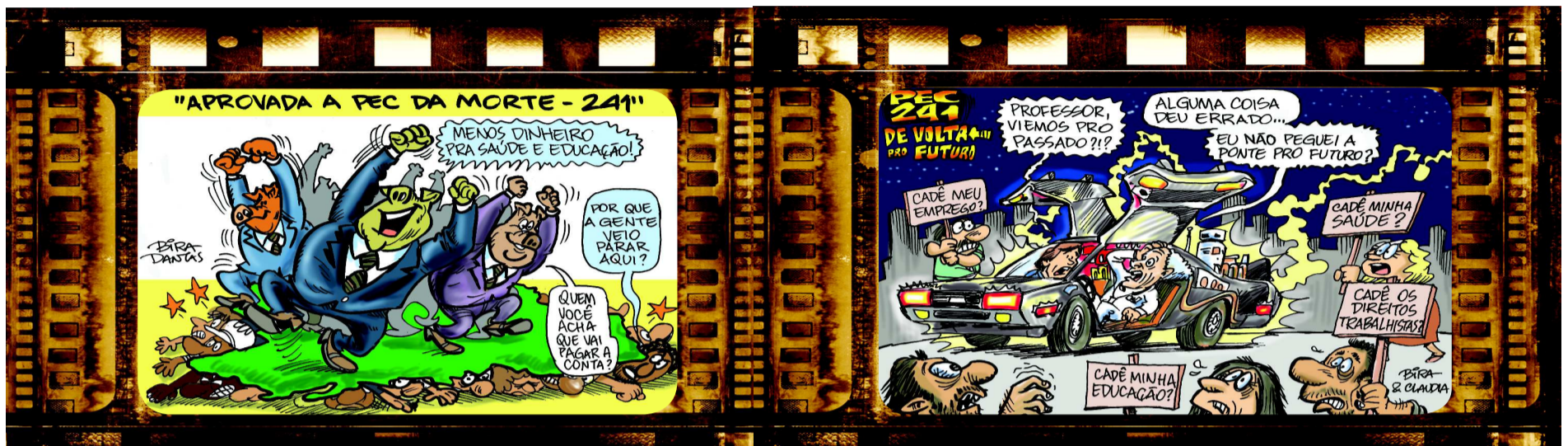
### Pesquisa mostra reprovação do governo

População reprova reforma da Previdência e PEC 241/55

Página 04

## Sensação de filme antigo

# Posto de saúde sucateado? Escola entregue às traças? Acredite: com a PEC 241/55, o quadro vai piorar



**Aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados, a proposta é um tiro na alma dos direitos sociais dos trabalhadores. Parece um filme velho e desgastado. Saiba dessas e outras maldades**

Considerado um pesadelo por todos aqueles que desejam um estado forte e ativo na busca da diminuição da desigualdade brasileira, o Projeto de Emenda Constitucional 241 (atual PEC 55 que tramita no Senado) embute um pacote de maldades difícil de ser batido em comparação com outras épocas da vida brasileira. Acredite: nem o desmonte do Estado iniciado por Fernando Collor de Mello em 1990 e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002 chegou a tal nível de crueldade.

**A PEC 55, que tramita atualmente no Senado, é a PEC 241, aprovada na Câmara em 25 de outubro. Quando uma PEC deixa a Câmara e vai para o Senado, o texto ganha um novo nome, por uma questão de organização do trabalho interno dos senadores. O conteúdo é exatamente o mesmo.**

Uma maldade já aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e que agora será apreciada pelo Senado.

A meta é fixar por até 20 anos um limite para as despesas: a referência será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação. Ou seja, na prática, o montante fica congelado. Se entrar em vigor em 2017, o orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016,

acrescido da inflação daquele ano. Uma revisão poderia ocorrer daqui a 10 anos, uma probabilidade afastada diante da sede de destruição dos políticos liberais. A medida irá valer para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em Saúde e Educação só começarão a vigorar em 2018.

Se a economia crescer o teto seguirá corrigido apenas de acordo com a inflação. Pela palavra de técnicos, o investimento nessas áreas será menor em termos de porcentagem do PIB (toda a riqueza produzida pelo país).

O que significa na prática? Simples: não se terá recursos para equipar hospitais e postos de saúde. As escolas não terão o aprimoramento necessário e os professores sofrerão ainda mais com a defasagem dos seus salários. Se há estradas sucateadas, o trabalho de conservação vai piorar.

Em resumo: uma porta aberta para mais privatização e carestia. Não é à toa que é chamada de PEC da Maldade. Nada mais apropriado.



## Sucatear o Ensino Médio e privilegiar os filhos da elite: esta é mudança na educação

Nos últimos anos, as classes mais baixas tiveram acesso ao Ensino Superior por intermédio de bolsas de estudo ou pelo programa de cotas para negros e pessoas de baixa renda. Agora, a meta é acabar com tal ascensão e instituir uma fábrica em série de "apertadores de parafusos" no Ensino Médio.

Pela proposta, os currículos do Ensino Médio seriam organizados por áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. A divisão visa priorizar a interdisciplinaridade e a aplicação dos conhecimentos em outras áreas – e também no dia a dia dos alunos e na realidade do Brasil e do mundo.

No último ano do curso, além das matérias básicas, o aluno deverá optar por uma das grandes áreas para aprofundar os estudos, de modo que possa se dedicar mais ao campo de seu interesse. No futuro, caso decida mudar de área, poderá retornar à escola e fazer uma nova opção formativa.

Em contrapartida, disciplinas como Filosofia e Educação Física deixariam de ser obrigatórias, o que fará com que automaticamente o aluno de escola pública – e portanto mais carente – tenha que se submeter ao cursinho pré-vestibular para reunir condições mínimas de entrar na universidade. É a privatização do ensino sem rodeios. "O problema do Ensino Médio não é reduzir disciplinas. O problema do Ensino Médio é a falta de investimento, é fazer a escola ser atraente para os jovens. A escola que nós temos não o convida a ficar, mas essa aí, muito menos. Tenho certeza que esse currículo será mínimo para os filhos dos trabalhadores, mas para os filhos da elite, o currículo será máximo.", explicou a presidenta da Apeoesp, Maria Izabel de Noronha.

## Reforma da Previdência quer que você trabalhe ainda mais

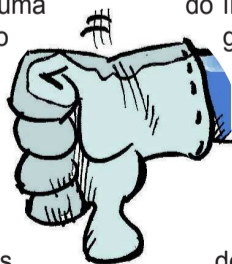
Se você tem menos de 50 anos, sofre para encontrar um emprego e preocupa-se em como juntar o tempo suficiente para a aposentadoria, prepare-se: você vai trabalhar mais.

Pela proposta de Reforma da Previdência, além de ter pelo menos 65 anos de idade, o brasileiro terá de contribuir com a Previdência Social pelo menos 25 anos para ter direito à aposentadoria.

Pela "oferta", o trabalhador precisará somar 45 ou 50 anos de contribuição — por meio de carteira assinada ou contribuição individual para conquistar sua aposentadoria integral.

As novas regras valeriam para homens com menos de 50 anos de idade e mulheres e professores com menos de 45. Os mais velhos teriam uma regra especial de transição para o novo regime, de 15 anos para os homens e 20 para mulheres.

A proposta vai gerar uma reação em cadeia. Como o brasileiro aposentava-se em média com 54 anos, indiretamente tal fator colabora para uma diminuição do contingente de desempregados, pois muitos se retiram



do mercado de trabalho e dão espaço aos mais jovens.

Com a mudança de regras, o que será do índice de desemprego que em algumas regiões do Brasil alcança o índice de 25,5% entre os mais jovens de acordo com o IBGE? Ou seja, mais pessoas serão jogadas no mercado de trabalho sem saber se realmente têm condições de absorver a demanda.

Bom negócio? Longe disso. É hora de mobilizar para que o Congresso Nacional não aprove mais este retrocesso.

**E tem muito mais. No total são 55 projetos de lei que ferram o trabalhador e tiram direitos históricos, conquistados com muita luta. Esses projetos rasgam a CLT. Isso é golpe contra os trabalhadores!**

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.  
Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. Fones: Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299; Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16) 3942-1148  
Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R.Preto (17) 3421-2485; Vale do Paraíba (12)3622-4245;  
SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986; SindLuz Araraquara (16) 3332-2074

Diretor de Comunicação: Paulo Robin  
Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro Ilustração: Ubiratan Dantas  
E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 6.500 exemplares



## Fatura indigesta

# Para variar, a conta sobra nas costas dos trabalhadores

**Seja no âmbito da iniciativa privada ou do poder público, o objetivo das medidas é retirar direitos, anular conquistas e deixar a população em quadro delicado**

O saco de maldades não tem limites e desta vez, a artimanha foi ainda pior: em uma só tacada, o desejo é arrebanhar com os direitos dos trabalhadores tanto da iniciativa privada como do poder público.

O primeiro passo foi dado na Câmara dos Deputados com a aprovação do Projeto de Lei 257 e que recebeu desaprovação e protestos das centrais sindicais.

Por que? Apesar da retirada de alguns artigos em virtude da intervenção da bancada progressista da Câmara dos Deputados, o prejuízo não será pequeno para trabalhadores do serviço público nas esferas federal, estadual e municipal.

De acordo com o projeto, aprovado em agosto, em troca da renegociação das dívidas dos estados com a União, os governos terão que impor limites nos gastos com serviços públicos. Isso, na prática, vai promover o sucateamento das instituições públicas e sobrecarregar ainda mais os servidores.

No projeto original estava presente um congelamento de dois anos nos salários. Conselheiro do atual (des) governo federal, Fernando Henrique Cardoso passou oito anos no Palácio do Planalto e não deu um aumento

sequer ao funcionalismo público.

Infelizmente, os trabalhadores da iniciativa privada não têm qualquer motivo para ficarem aliviados.

O motivo de apreensão é o PL 4330/04, já aprovado na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado. Caso entre em vigor, o projeto detonará um processo de terceirização indiscriminada no Brasil.

Para ser mais didático, os efeitos práticos seriam os seguintes:

Na questão da atividade fim, o texto apreciado no Senado Federal vai permitir que uma empresa terceirize todos os seus serviços, sem exceção. Os bancos, por exemplo, vão poder terceirizar até mesmo os caixas e os gerentes se quiserem. As escolas podem terceirizar professores... e por aí, vai! E todos sabem que os terceirizados recebem menos, trabalham mais e quase não têm direitos.

Vale ressaltar que, pelas regras atuais, as empresas só estão autorizadas a terceirizar serviços que não tenham relação direta com sua atividade. Exemplo: bancos podem terceirizar a segurança e a limpeza, mas não o atendimento ao público. Escolas, jamais terceirizam o quadro de educadores.

O projeto também retira boa parte



da responsabilidade do contratante. Na atualidade, a empresa que contrata a prestadora de serviços responde na Justiça se não houver o cumprimento de obrigações trabalhistas. Pelo texto, tudo muda.

Desde que fiscalize o cumprimento das regras trabalhistas pela contra-

tada, exigindo comprovantes mensalmente, a empresa não pode ser responsabilizada.

Seja com a PL 257 ou o 4330, algo é inequívoco: os direitos dos trabalhadores não se constituem prioridade do atual grupo de poder alojado em Brasília.

## Negociado x legislado: o começo do fim?

Uma das metas no poder Executivo e Legislativo é emplacar a ideia de que o negociado entre patrões e trabalhadores deve prevalecer em qualquer conjuntura sobre a legislação trabalhista.

Uma estratégia que no fundo quer arrebanhar com categorias pequenas e sem poder de barganha na mesa de negociação. Pretende dar maior poder de fogo às empresas e multinacionais que foram derrotadas nos últimos anos pela força e mobilização dos sindicatos com grande número de filiados.

Bom lembrar que a ideia está contida na proposta peemedebista "Ponte para o Futuro".

O texto é claro em defender que "na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais".

Na Câmara dos Deputados ainda estão em trânsito dois projetos de lei sobre o assunto. O primeiro é o PL 4193/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), e o segundo é o PL 4962/2016, do deputado Júlio Lopes (PP/RJ).

O assunto foi cogitado pela primeira vez nos anos de 2001 e 2002 com a tramitação do projeto de lei (PL 5.483) que instituiu a prevalência do legislado sobre o negociado.

A gestão tucana serviu de abrelas para a abordagem de outros temas que prejudicam os trabalhadores como contratação por prazo determinado com redução de encargos, o banco de horas, o contrato por tempo parcial e a suspensão temporária do contrato de trabalho, todas viabilizadas por intermédio de medida provisória.

O Sinergia CUT defende a livre associação e a liberdade e autonomia sindical. Considera ser o caminho para deixar o setor sindical forte e com força de mobilização perante os trabalhadores.

No entanto, o Sindicato reconhece a complexidade do Brasil, em que suas diferenças regionais produzem também diferenças salariais e entraves prontos a dificultar a ação sindical.

Diante disso, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é um instrumento que assegura direitos mínimos dos trabalhadores. A luta deve estabelecer como teto os preceitos contidos nesta legislação. Nunca abaixo.

No fundo no fundo, o desejo do atual (des) governo e dos empresários é rebaixar os direitos e conquistas. E a CLT, mesmo com suas imperfeições, é um poderoso obstáculo a esse saco de maldades.

## Uma palavra de quem entende e conhece o assunto



Estudioso dos problemas nacionais, o economista e presidente da Fundação Perseu Abramo, Márcio Pochmann, afirma que todas as medidas adotadas até agora guardam muita semelhança com tudo aquilo que aconteceu no país a partir do dia 31 de março de 1964.

"Praticamente é um terceiro turno das eleições em que os golpistas foram, mais uma vez, derrotados nas eleições de 2014. Ali fica muito claro que uma parte da sociedade, representados pelos partidos de direita, não aceita a democracia", disse o economista em entrevista ao programa Linha Direta.

Sobre a PEC 241, que já passou por duas votações na Câmara dos Deputados e será analisada no Senado Federal, o seu destaque é curto e direto:

"A PEC 241, guardada a sua proporção, é a mesma ação que esteve no ato institucional número 1. O ato institucional, o AI-1, depôs o presidente eleito João Goulart, naquele momento ele era vice e assumiu como presidente. Até aquele momento as eleições se votavam em presidente, e para o vice (...) Neste ato institucional, o AI-1, está lá a definição do teto de gastos do setor público e uma vez instituído isso vem uma série de reformas no âmbito do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), a reforma trabalhista, com Fundo de Garantia, por tempo de serviço e o fim da estabilidade do emprego", disse.

Ou seja, só não vê quem não quer.

## Pesquisa constata

# Trabalhadores reprovam Golpe do atual governo

**Pesquisa realizada pela empresa Vox Populi e encomendada pela CUT comprova a impopularidade da reforma da Previdência e a PEC 241/55. E a popularidade do presidente fica quase no chão**

O atual governo já é reconhecido por não ouvir a sociedade e embalar desculpas esfarrapadas para agradar ao mercado. Para a sorte do Brasil, a proliferação de informações pela internet e a consciência dos trabalhadores fizeram com que o disfarce saboreasse um fracasso épico. Pelo menos é o que mostra a pesquisa Vox Populi encomendada pela CUT e aplicada logo após a realização do primeiro turno das eleições municipais.

O questionário aferiu a popularidade de Temer e a aceitação de suas medidas que ganham o aval de um Congresso cuja maioria pende para o liberalismo e joga contra os trabalhadores.

A derrota inicial veio quando os entrevistados foram perguntados a

respeito da Reforma da Previdência, que trocando em miúdos, quer fazer com que o trabalhador aposente mais tarde. Isso, apesar do atual ocupante do Palácio do Planalto ter conseguido sua aposentadoria aos 55 anos de idade. De acordo com o levantamento, 80% dos trabalhadores do campo e da cidade rejeitam a proposta de aumentar a idade mínima para 65 anos e com, no mínimo, 25 anos de contribuição. Outros 15% concordam com o arrocho previdenciário, 4% nem concorda nem discorda e 2% não sabem, não têm opinião ou não

**80%**  
dos entrevistados não aprovam a proposta da previdência desenhada por Michel Temer, que prevê aposentadoria aos 65 anos e com no mínimo 25 anos de contribuição

**70%**  
dos entrevistados discordam da PEC, que prevê congelamento de gastos na Saúde e Educação por 20 anos

responderam.

Quando o tema é em relação à aplicação da PEC 241/55, determinada a congelar gastos da União por 20 anos, o quadro não é muito diferente. Para 70% dos entrevistados o ideal seria reprovar a PEC, em especial porque irá

congelar as despesas com Saúde e Educação pelos próximos 20 anos.

Só 19% concordam com a medida, e outros 6% são indiferentes. Uma

parcela de 5% não sabem, não responderam ou não têm opinião formada.

Detalhe: essas medidas já foram embaladas no pacote defendido pelo atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que acena com congelamento de políticas sociais e manutenção de altos patamares do índice, hoje em 12 milhões. Em uma de suas últimas entrevistas, o presidente ilegítimo não acenou com perspectiva e pediu paciência para a população.

Para completar o cardápio macabro, Temer aprova a tentativa de reforma da legislação trabalhista em que direitos históricos como férias e 13º salário seriam flexibilizados. Não à toa que a popularidade do presidente está no chão.



## População reprova chefe do executivo. Alguma novidade?

Um governo aberto ao diálogo, democrático e consciente das necessidades dos trabalhadores geralmente consegue respaldo. Como o atual governo resolveu adotar a receita inversa, a colheita é amarga.

De acordo com a pesquisa Vox Populi, patrocinada pela CUT, o outro-vice-presidente é mal avaliado por 74% dos brasileiros. Pelas entrevistas feitas, somente 11% avaliam Temer de maneira positiva e 15% não sabem ou não responderam.

O seu maior índice de rejeição vem do Nordeste, em que a avaliação negativa chega a 78% dos entrevistados - 46% negativo, 32% regular. Apenas 8% dos nordestinos avaliam Temer de forma positiva.

Esperança? Dúvida no ar. Pelo me-

nos para a população brasileira. No Brasil inteiro, 33% acreditam que o quadro vai piorar, percentual idêntico daqueles que acham que vai melhorar.

A pesquisa CUT/Vox Populi foi realizada depois do resultado das eleições, entre os dias 9 e 13 de outubro.

Para chegar aos atuais resultados, foram entrevistadas 2 mil pessoas com idade superior a 16 anos no Distrito Federal e em todos os estados brasileiros, exceto Roraima. Foram ouvidos todos os segmentos econômicos e demográficos em 116 municípios.

A pesquisa avaliou sentimentos e opiniões da população brasileiros a respeito de questões políticas e administrativas e a margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

## Reprovação ao Governo Federal começa pelo bolso

Após gozarem de anos e anos de crescimento de renda e melhoria da qualidade de vida, os trabalhadores brasileiros estão receosos do futuro com o atual ocupante no Palácio do Planalto e suas medidas canceladas pelo Congresso Nacional.

Pela pesquisa CUT/Vox Populi, 37% dos entrevistados que ganham até dois salários mínimos desaprovam o atual governo, mesmo índice daqueles que consideram a gestão regular. Nesta faixa de renda, apenas 10% dos entrevistados aplaudem as medidas e atitudes de Temer no Planalto.

O quadro não muda muito quando o foco é direcionado aos trabalhadores que ganham de dois salários mínimos (R\$ 1760) a cinco salários mínimos (R\$ 4440,00).

Neste contingente, 32% dos entrevistados não aprovam o governo ilegítimo enquanto que 42% consideram regular. A aprovação é de apenas 12% do total e outros 12% não souberam ou não quiseram responder.

Nem mesmo entre quem ganha acima de R\$ 4440, o refresco surge para Temer. A aprovação está em 12%, enquanto a reprovação é de 33%. Já 42% consideram regular a passagem de Temer pelo Planalto.